ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA
AÇÕES EMERGENCIAIS NO SETOR DA CULTURA
EDITAL N.27/2020 - MODALIDADE CREDENCIAMENTO - CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS

O Secretário de Estado de Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, juntamente com a Comissão de Validação, torna público,aosproponentesVALIDADOSeINVALIDADOS,o Resultado Final – Lista 1 e o Resultado Final de Recursos - Lista 1 referente ao Edital nº 27/2020 – Modalidade Credenciamento - CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS. A relação contendo o número do protocolo da proposta, o nome e o município de domicílio dos proponentes estará disponível no endereço eletrônico da SECULT (www.secult.mg.gov.br) a partir de 12/12/2020.

Belo Horizonte 11 de dezembro de 2020
Fabio Caldeira de Castro Silva
Subsecretario de Cultura

Leônidas José de Oliveira
Secretário de Estado de Cultura e Turismo

14 cm -11 1427926 - 1

EMPRESA MINEIRA DE COMUNICAÇÃO - EMC

ATA DE REUNIÃO
ATA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA
ATA DE REUNIÃO - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EMPRESA MINEIRA DE COMUNICAÇÃO

Aos 27 dias do mês de outubro do ano de 2020, às 09h:13 min, em sua Sede Rua Tenente Brito Melo, 1090, - Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, com a participação de parte dos membros de maneira remota, em função da pandemia da Covid 19, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Empresa Mineira de Comunicação - (Consad-EMC), sob a Presidência de Eleonora Cruz Santos e com o comparecimento, através de videoconferência, dos conselheiros Lina Patrícia Rocha Laredo, Mozahir Salomão Bruck, Maristela Rangel Pinto, Euler Marques Andrade Filho. Foram registradas adicionalmente as presenças do Presidente da Empresa Mineira de Comunicação, Sérgio Rodrigo Reis, da Diretora de Desenvolvimento e Promoção do Audiovisual Monica Trigo Ribeiro, da Diretora de Conteúdo e Programação Marisa Guimarães Leite e do Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças Eduardo César Silva Gomes.

A reunião teve início com a fala de Sérgio Rodrigo Reis, que deu as boas-vindas, passando a palavra para a Presidente do Conselho de Administração, Eleonora Cruz Santos, para a condução da reunião.

Eleonora Cruz Santos ratificou a necessidade de criação de um fluxo contínuo de disponibilização dos dados financeiros e orçamentários, pela DPGF, ao Conselho de Administração. A presidente do Consad-EMC, procedeu a posse da nova Conselheira, Maristela Rangel Pinto, passando-lhe a palavra. Maristela Rangel Pinto, Chefe de Gabinete da Secretaria de Cultura (Secult), agradeceu o convite para fazer parte do Conselho da EMC. Disse ter em seu currículo 30 anos de televisão e rádio, trabalhando sempre com políticas culturais, colaborando na TV Educativa e na Rádio MEC do Rio de Janeiro, onde assumiu cargos de direção. Lina Patrícia Rocha Laredo deu boas-vindas à Maristela Rangel Pinto e disse ter um carinho enorme pela Rádio MEC e estar muito feliz com a experiência que Maristela Rangel Pinto poderá agregar ao trabalho do Consad-EMC. Eleonora Cruz Santos passou, então, para a próxima pauta, a aprovação do nome da nova Diretora Geral da EMC. Sergio Reis explicou que houve duas indicações, sendo que a primeira, aprovada pelo Consad-EMC, não conseguiu se mudar para Minas Gerais, em virtude de problemas particulares; e, a segunda indicação, também teve problemas pessoais. Diante disso, esclareceu que se fez a necessidade de buscar um nome adequado para ocupar a Diretoria Geral da EMC, que é um cargo estratégico para a gestão. Evidenciou que desta vez, com o apoio do Secretário de Cultura, optou-se por uma funcionária de carreira do Estado, com bastante experiência na administração pública, que pudesse contribuir nesses processos que envolvem o Plano de Cargos e Salários e o Plano de Demissão Voluntária (PDV), e outras questões administrativas que precisam ser enfrentadas. Afirmou que com sua expectativa, a Katia Marilia Silveira Carneiro (indicada para o cargo) possa ajudar nas questões mais complexas da gestão da TV Minas e da EMC. Eleonora Cruz Santos ressaltou sua preocupação com o perfil profissional da indicada, voltado mais para a gestão pública do que para a cultura.

Lina Patrícia Rocha Laredo disse que a EMC está vivendo momento estratégico de sua implementação da EMC e que foram três anos no processo de construção do Plano de Cargos e Salários, e até o momento não obtiveram resposta da SEPLAG. Não é um processo tão simples a construção e estruturação da EMC. Lina Patrícia Rocha Laredo gostou do currículo da Katia Marília Silveira Carneiro mas reforçou as palavras da presidente do Consad-EMC. O Conselheiro Mozahir Salomão Bruck colocou uma reflexão para todos: "Espero que tudo caminhe muito bem, mas eu estou pensando no processo, pensando nos próximos encaminhamentos, acredito que deveríamos ter uma linha anterior, que a aprovação seja precedida da configuração do perfil, juntamente com o Conselho. Sou também favorável à indicação." O conselheiro Euler Marques Andrade Filho concordou, no que diz respeito à necessidade de se ter uma etapa anterior de análise. Maristela Rangel Pinto também colocou sua aprovação e fez também uma reflexão um pouco maior, sobre o momento atual da EMC. Disse ser o currículo da apresentada realmente técnico, mais voltado para o planejamento do que para o artístico, mas ela acredita que, nesse momento, a EMC necessita de um profissional com esse perfil. Acha que o currículo da Kátia Marília Silveira Carneiro, juntamente com o currículo dos demais integrantes da Diretoria Executiva, agrega para um caminho de vitórias, no sentido de avançar nas questões administrativas pendentes.

Sérgio Reis agradeceu a todos pela validação do nome da Diretora Geral. Antes de passar a palavra para Monica Trigo Ribeiro, disse que gostaria de explicar rapidamente o contexto em que a Lei Aldir Blanc chegou e sua inserção no audiovisual. Acrescentou que, a questão da Lei Aldir Blanc na EMC, chega em um momento de se consolidar, a curto prazo, aquela proposta de fomentar a política do audiovisual no âmbito da empresa pública, sendo esta uma das primeiras ações efetivas, além da constituição da Diretoria específica, e também de toda uma democratização dos fluxos e amadurecimento do que poderia ser esta Diretoria, principalmente, quanto à consolidação de um Regimento Interno. Sendo a Lei Aldir Blanc - LAB a primeira devolutiva que a EMC faz em relação a esta política pública. Monica Trigo explicou que Lei Aldir Blanc é uma lei de emergência cultural para atender os profissionais da cultura durante este processo de pandemia do Covid-19. Relatou detalhadamente os valores atribuídos ao segmento e sua distribuição. Eleonora Cruz Santos solicitou esclarecimento sobre porquê colocam que 60% do montante total dos recursos a serem disponibilizados serão destinados aos proponentes sediados ou domiciliados a mais de 2 anos em Municípios do Estado de Minas Gerais, que não a capital. Isso significa que 40% pode ser de pessoas da capital? Monica Trigo esclareceu que houve uma reunião com o Conselho Estadual de Cultura e representantes da Sociedade Civil, para definir esta questão e que inicialmente todas as demandas, inclusive a discussão sobre um trabalho de descentralização, se deu a partir de uma discussão bastante aprofundada pela Comissão de Gestão da Lei Aldir Blanc. Acrescentou que trata-se de uma comissão fundamentada a partir de um decreto do Governador, para acompanhar estes processos, para que haja descentralização dos recursos para o interior, sobretudo porque a Lei Aldir Blanc tem três linhas de atendimento, sendo a primeira o auxílio emergencial de R$600,00 (seiscentos reais) para profissionais da cultura; a segunda linha atende aos municípios, com valor também descentralizados para atender espaços culturais, e editais; e, a terceira linha, que é a linha do estado para editais, prêmios e credenciamentos, também para atender o estado inteiro. Alegou ainda que nem todos os municípios do estado fizeram o credenciamento junto ao Ministério do Turismo, então, a partir da devolutiva do percentual de municípios que faltaram, existe um recurso de reversão que volta para os cofres públicos do estado. Eleonora Cruz Santos elucidou que todos os estados tem uma lei, que se chama Lei Robin Hood, que é o ICMS solidário, o qual pontua os municípios em vários critérios, e um deles é a cultura. Salientou ainda a preocupação de que a região metropolitana de Belo Horizonte responde por 35% do PIB do Estado, ou seja, a maior parte do PIB é gerada nesse núcleo que engloba poucos municípios. Afirmou que achava louvável e interessante pensar em descentralização de recursos, mas pontuou que 188 municípios no estado ainda não conseguem se credenciar em critérios da Lei Robin Hood. Assim, para Eleonora Cruz Santos, dos cerca de quase 78% dos municípios remanescentes aptos à Lei Robin Hood, a cultura é gerada e centralizada em BH, o que a preocupa muito. Por um lado, é muito interessante querer descentralizar o recurso, mas também tem um lado extremamente preocupante: a descentralização dos recursos para quem realmente vai saber geri-lo e que de fato possa fazer alguma coisa que vai reverter positivamente na grade da EMC, principalmente no audiovisual. Destacou que acha o recorte de 60% um pouco arriscado, mas como o edital já estava pronto, evidenciou a necessidade de uma discussão anterior, antes das ações serem efetivadas. Explicou que é extremamente delicado para o Conselho chegar em um momento como este, que amanhã tem que sair o edital e falar assim: olha eu acho que este edital está ruim, a gente nem viu o edital! Para ela, é extremamente louvável que Minas esteja tendo esta possibilidade, no meio de uma pandemia, com tanta precariedade de recursos, ter um volume considerável e expressivo de recursos, porque para essas pessoas, R$ 5 mil reais é um bom dinheiro até para fazer qualquer coisa que seja, é um recurso. Mas acha que tinha que destinar, colocar isso forçosamente, 60% para o interior, um pouco arriscado. Lina Patrícia Rocha Laredo Conselheira: perguntou se já houve um planejamento, se já está sendo pensado alguma forma de exibição dos vídeos na grade da TV Minas. Monica Trigo explicou que estão aguardando a finalização das inscrições, para saber exatamente o número de projetos, de curta, de longa, de média metragem e de séries, que a partir do conteúdo aprovado pelos editais, do resultado dos editais, é que o planejamento pode ser elaborado. Disse que muitos desses conteúdos não serão necessariamente exibidos, que há a possibilidade de exibição por 2 anos, tendo a previsão sido feita neste sentido. Lina Patrícia Rocha Laredo indagou se se todos ou apenas uma parcela dos conteúdos seriam exibidos. Monica Trigo respondeu que há a possibilidade de todos serem exibidos, sendo que cada obra será avaliada. Sérgio Rodrigo Reis complementou que existe toda uma estratégia montada pela equipe de Conteúdo e Programação, para a construção desta grade e esta devolutiva para a sociedade civil. Disse também que passa inclusive pela Comissão Editorial da TV Minas, e que este fluxo tem que ser respeitado, imaginando que nem todo tipo de produção, mesmo tendo qualidade pode entrar nesta seleção, pois o conteúdo pode não estar aderente à missão e aos valores de uma emissora cultural e educativa. Lina Patrícia Rocha Laredo complementou que sua preocupação é exatamente esta de garantir que esteja alinhado com o propósito da programação pública. Sérgio Rodrigo Reis respondeu ter esse cuidado, porque, não necessariamente uma produção qualificada está alinhada aos valores e a missão de uma emissora cultural e educativa, e nem por isso ela deixa de ter qualidade. A produção será premiada, mas terão muita atenção e cuidado em relação à missão e aos valores da TV Minas, mais uma vez reforçando a necessidade de se lutar para a atualização dessas referências, a partir da construção coletiva do Planejamento Estratégico. Lina Patrícia Rocha Laredo reforçou que é preciso ter cuidado até na colocação disto, para não se criar uma expectativa de que todas as obras premiadas serão exibidas, precisando ficar claro para quem está participando.

Marisa Guimarães Leite discorreu sobre a nova grade de programação da Rede Minas, que tem como intenção a sua revitalização, com conteúdos inéditos. Destacou que como não há verbas de licenciamento foi feita a busca de parcerias não onerosas, todas elas celebradas em termos e instrumentos legais. Todos estes conteúdos passaram também pela Comissão Editorial, sendo uma das metas regularizar alguns contratos mais antigos, tanto com a TV Brasil, quanto com a TV Cultura e a celebração de novos contratos. O resultado é uma grade excepcionalmente inédita, de conteúdos inéditos, traçados por aquilo que permeia uma TV pública, como o público infantil. Além disso, enfatizou que o jornalismo da emissora possui uma excelência de pautas notadamente diferenciadas das demais emissoras. Explicou que a visibilidade maior foi dada a um maior número de horas para o boletim, que a TV não tinha, os dois jornais estão sendo segmentados em horários adequados, sem a concorrência desleal da audiência global. E, também a educação, que abrange 5 horas da grade, de 07:30h até as 12:30h, sendo ao vivo de 11:30h às 12:30h, recuperando assim a capacidade técnica da TV nas transmissões ao vivo. Foram atendidos aproximadamente 2 milhões de alunos com a exibição destas tele aulas. Com isso, foi elaborada uma grade que tem a educação pela manhã, o jornalismo na hora do almoço e às 19:30h, um jornalismo local e também o jornalismo em rede nacional. Foi criada uma faixa, com conteúdo sobre a arte e a cultura. Também há a área de cinema, está em rede nacional pela TV Cultura, o Retratos da Dança. O programa Mulhere-se, que já vem de alguns anos com uma atuação de nicho, que é importante. Foi restabelecida com o telespectador uma grade possível, com a fidelização dos horários de grade, mesmo com o período eleitoral. Ela ainda pontuou que existe uma outra previsão de mudança de grade, a partir do dia 08 de dezembro, período em que todas as emissoras passam pelo menos 2 meses em reapresentação do conteúdo. Horas de conteúdo inédito voltarão em janeiro e fevereiro. A partir de abril estreia-se uma nova grade, com nova identidade visual para a TV. Marisa Guimarães Leite enfatizou também que desconhece outra emissora que tenha conseguido manter a grade inédita durante o período de pandemia, isso se deve à equipe empenhada, que não deixou que o público ficasse com o mesmo conteúdo sendo reprisado, como foi feito por emissoras públicas e privadas. Sérgio Rodrigo Reis disse ser importante destacar o feito histórico para a Rede Minas, que foi a participação no pool eleitoral, quando as emissoras se dividiram para que se organizassem os programas eleitorais. Nas palavras do presidente da EMC, "esse ano foi feito um trabalho de convencimento da equipe, em relação à importância dessa contribuição para a democracia, para a cidadania, e desta sinalização para toda a sociedade civil, de que as emissoras de TV e Rádio estão aptas e capazes de colaborar nesta dinâmica. Marisa Guimarães Leite completou que nessa participação no pool eleitoral, a cada 2 anos, as emissoras se reúnem e dividem o período eleitoral. Sendo a primeira vez que a TV Minas participou e terminou com muitos elogios das outras emissoras. Eleonora Cruz Santos pontuou a importância de se fazer a grade mais gráfica, para entendimento geral. Disse que a Marisa Guimarães Leite está trazendo o histórico de alguma coisa que ela conhece tudo, mas eles não. Disse ser mais importante para o Consad-EMC entender a grade por temas, como está a composição, quais são as metas a cumprir, e dessas metas qual tem sido seu alcance. Salientou a necessidade de ver tudo isso de forma mais numérica e gráfica. Adicionalmente, enfatizou a importância de se fazer o exercício de reflexão e crítica da composição da grade. O exercício deveria ser feito por meio de gráficos e números porque poderia ser um reforço extremamente positivo para a construção do que está sendo feito. Explicou que a apresentação da diretora Marisa Guimarães Leite foi feita de maneira fragmentada, dificultando o entendimento do todo. A grade veio textual, explicando os programas que vão entrando. Assim, a presidente do Consad-EMC pediu que fosse encaminhada a composição da grade, como vai ficar, com as mudanças explicitadas e as que em 8 de dezembro irão ocorrer, bem como a proposta para a grade que vai começar em abril do ano que vem. Completou ainda que acredita que a Rede Minas esteja conseguindo expandir sua visibilidade, mas audiência é uma coisa difícil na TV pública, embora deva-se ter termômetros dessas audiências de alguma forma, conhecer também seu histórico, para ver que tipo de esforços podem ser fazer para aumentar o alcance dessa audiência. Eleonora Cruz Santos ainda salientou a dificuldade da questão da audiência na TV pública, explicando que é um desafio, mas que o Consad-EMC poderia ajudar na construção de caminhos para que essa audiência seja maior e que sua visibilidade aumente. Na opinião da presidente do Consad-EMC, seria necessário que os conselheiros possam entender a composição da grade e da forma como foi apresentada, não é possível. Quanto ao segundo ponto, disse que é importante mostrar como estariam as grades das outras TV's públicas, que consideramos benchmarking. Nas palavras da presidente do Consad-EMC, "é importante os conselheiros se nutrirem deste tipo de informação. Foi colocada a composição da grade, e depois é preciso ser colocado em forma de percentual para melhor entendimento.

Marisa Guimarães Leite introduziu nova pauta sobre a inadimplência da TV Minas com alguns contratos com a TV Brasil e a TV Cultura, sendo essa grade o resultado do domínio legal, tanto do cumprimento de horas pactuadas, quanto da programação regida pelo contrato. Segundo a diretora, "foi escolhido o melhor de cada uma em audiência, em visão estratégia e longevidade. Para o próximo ano, é fundamental o investimento próprio, em produções desenvolvidas pela TV Minas. Não é um projeto fácil, que demanda 1,2,3 anos, mas pode-se criar esse núcleo de desenvolvimento dos projetos próprios e de segmentação." Marisa Guimarães Leite apresentará um plano com os percentuais de audiência. Mozahir Salomão Bruck agradeceu à diretora de conteúdo e programação pela apresentação e disse: "estamos tratando aqui do presente da programação da TV. Sendo assim, o núcleo de produção própria também traz legitimidade em termos da audiência regional, e pensando em termos do Conselho de Administração, com que meta a gente trabalha? É óbvio que sei que parece difícil, mas mesmo sendo uma TV Pública, seria bom se soubéssemos, pelo menos projetar uma meta a perseguir." Disse que gostaria de saber sobre daqui a 5 anos como estaremos. Indagou também o que que seria esse percentual de uma produção endógena, uma produção própria consistindo em termos da programação geral da Rede Minas, é um primeiro ponto que está diretamente ligado a uma seguinte observação, a sua preocupação é que "quanto mais nós cedermos, e por mais que sejam programas de qualidade, a dicção mineira e regional pode ir se perdendo e pode ser engolida, digamos por uma certa baberização". Por fim, o conselheiro completou que isso como um elemento que compõe é bacana, mas o medo é a dimensão que pode tomar".

Lina Patrícia Rocha Laredo acredita ter que rever esse percentual de produção local, porque está vendo muita parceria, muitas retransmissões, que são importantes sim, mas deve-se também manter um investimento grande nessas equipes que estão fazendo a Rede Minas funcionar na produção. Nas palavras da conselheira, são excelentes produções, como o Retratos da Dança, que acompanha, devendo-se valorizar a Casa, buscando investimentos e quem sabe até estipulando-se um percentual, para o que seja local". Indagou sobre se o jornal em rede, que seria transmitido nacionalmente, se será produzido na própria emissora.

Sérgio Rodrigo Reis acrescentou, sobre a composição dessa grade, que nesse curto espaço de tempo, foi oferecido, do ponto de vista curatorial, a partir de toda expertise que possuem, o melhor da programação cultural e educativa do Brasil. Em suma, nas palavras do presidente da EMC, o melhor que a TV Cultura e a TV Brasil podem oferecer, o melhor que emissoras parceiras e que produções, às quais tenham acesso, ultrapassando as questões jurídicas, possam oferecer, também qualificando e dando destaque para o melhor que pode ser oferecido em relação à produção local". Marisa Guimarães Leite complementou o presidente da EMC dizendo que "foram seis novos programas de produção local com a mesma equipe". Falou que tem o programa Estações, que está tentando exportar para a TV Cultura, para ser exibido em rede nacional, o Gerais que é de interiorização, o Minas da Gente, também de valorização dos casos e sotaque. E ainda o Caminhos de Mesa, que é a história da gastronomia, do turismo e da cultura ao longo de algumas rotas. Alguns parceiros como o Mundo Uber, que é nacional, estão planejando fazer sua próxima temporada em Minas. A pandemia atrapalhou muito e vários parceiros deixaram de produzir no Brasil. Mundo Uber conseguiu fazer uma temporada internacional, pois aqui não era possível. Por fim, segundo Marisa Guimarães Leite: "a não interrupção da nossa programação na pandemia foi um mérito, muitos parceiros suspenderam os seus trabalhos".

Marisa Guimarães Leite reforçou que a ideia do Conselho Curatorial é preservar o sotaque mineiro da TV para que a programação não traga o sotaque carioca ou do amazonas ou do nordeste ou o sotaque nacional. Em suas palavras, "todos os projetos que trouxeram mostram essa abrangência nacional e não setorizada ou priorizada". Lina Patrícia Rocha Laredo questionou o que tem que ser desenvolvido na produção do jornalismo que vai ser inaugurada, se seria uma produção local. Marisa Guimarães Leite esclareceu que a ideia é um jornal em rede, produzido com os parceiros no interior do Estado. Sergio Reis afirmou já ter um projeto em andamento, liderado pela a equipe da Marisa Guimarães Leite e também pela Romina Faria Caetano, de um novo diálogo com o interior, pensando no projeto especifico que pode ser construído junto ás parceiras. Segundo o presidente da EMC, "o projeto está em fase de gestação e vai ser feito de forma colaborativa. Nas próximas semanas os colaboradores vão ser convidados a participar dessa construção, tendo em vista que isso vai envolver fluxos, demandas, uma nova lógica de trabalho, para que realmente se torne efetivo. Eleonora Cruz Santos afirmou ser um fato importante aproveitar esse momento de união, e explicar essas ideias. Disse ser necessário que o Consad-EMC participe mais, contudo esclareceu que essa participação depende de um entendimento mais claro do que a Presidência está traçando como uma estratégia

Entrando na próxima pauta, Sergio Reis, presidente da EMC, explicou que o Prêmio da Música foi realizado por meio da lei estadual de incentivo à cultura, elaborado há algumas gestões. Colaboradores foram envolvidos e capacitados na elaboração de novos projetos de Manutenção da Rádio Inconfidência e da Grade da TV Minas. Dênio Albertini, Gerente da EMC, disse que o projeto foi elaborado em 201, que em trinta dias foram 409 trabalhos inscritos, nove artistas premiados, R$ 7.000,00 para cada um. A repercussão foi muito boa, e agora, na etapa final, 28 premiações serão entregues em gravação de programa na TV Minas, no dia 8 de novembro. Disse ainda que seria importante para Rádio e para a própria EMC, a continuidade desse prêmio, podendo se tornar uma premiação anual. Sérgio Rodrigo Reis lembrou que não estava prevista a entrega dos prêmios no projeto de Lei de Incentivo e que a ação foi uma importante contribuição para a união das equipes da Rádio e da TV, que atuaram juntas na produção do show que será apresentado nas duas emissoras. Um novo projeto será elaborado para 2021, com previsão do segundo Prêmio da Música Popular Mineira. Dênio Albertini complementou que, alguns nomes contemplados na premiação são novos, fator muito importante, porque abriu-se espaço para a divulgação e visibilidade de novos artistas. A Rádio ficou durante todo o mês de outubro apresentando especiais com os vencedores, alguns deles do interior do estado. A curadoria contou com nomes como Luís Carlos Sá, da dupla Sá e Guarabira, Gegê Lara, antigo produtor de BH e o rap Flávio Renegado. O prêmio mostrou a importância de sua manutenção. Sergio Reis acrescentou que, o grande desafio será avançar na realização desse prêmio, tornando-o cada vez mais de projeção nacional e internacional, porque todo mundo olha com curiosidade a musicalidade produzida em Minas Gerais. Os vencedores receberão um troféu criado por Giovanni Fantauzzi, que será entregue no dia 08/11.Marisa Guimarães Leite complementou com a questão da impossibilidade de se realizar a premiação ao vivo e que, diante disso, o show e a apresentação, iriam ao ar no dia 21 de novembro, em um programa especial na Rádio, na TV e nas plataformas, com a participação dos premiados. A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo diz-se feliz com o prêmio, uma vez que cumpriu uma vocação da Rádio Inconfidência como emissora, que já lançou tantos nomes da música popular brasileira. Acrescentou que acompanha a divulgação, e que deseja que isso se torne frequente, que seja um projeto que entre no escopo da EMC.

A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo perguntou sobre o projeto de manutenção da Rádio Inconfidência, que eles estão tentando, se seria via Lei de Incentivo. Sergio Reis explicou que esse projeto já está aprovado e que agora estão no esforço de captação de recursos que terão o propósito de melhorar as condições de trabalho, realizando, por exemplo, uma nova edição do Prêmio, que pode acrescentar e dar um pouco mais de agilidade ao orçamento que é bastante reduzido. Maristela Rangel Pinto, nova conselheira empossada, parabenizou a equipe e lembrou a importância da circulação dos artistas fora de Minas Gerais e da inserção dos premiados em âmbito nacional e internacional, através de suas inscrições em festivais internacionais. Os conselheiros Euler Marques e Eleonora Cruz Santos parabenizaram toda a equipe pelo Prêmio da Música Popular Mineira.

Eduardo César Silva Gomes pediu uma correção no material da pauta sobre os resultados gerenciais da EMC, explicando que havia saído como Prestação de Contas e deveria ser Relatório Gerencial. Discorreu sobre a dificuldade de se ter orçamentos separados para a Rádio e a TV e a intenção, na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), da unificação do orçamento, com execução mais clara. Apesar de terem critérios diferentes de execução financeira e de recebimento de orçamento, as execuções das metas físicas e orçamentárias, com os mesmos indicadores, deixou mais claro o cumprimento da política pública implantada. Disse que pode perceber que a Rádio, até agosto, teve perda significativa na arrecadação de mídia, provavelmente por causa da pandemia. Teve também, um aumento das despesas de pessoal, no acumulado do último trimestre, causado pela exclusão dos cargos da Fundação TV Minas e inclusão dentro da EMC. Explicou a necessidade de se melhorar o resultado financeiro da Rádio Inconfidência, principalmente criando-se mecanismos de entrada de recursos de monetização. Enfatizou que não houve quebra de pagamentos, que está mantendo e tendo uma execução satisfatória do orçamento, em torno de 90%. A execução em atraso se deve na parte referente à liberação e repasse de recursos por parte do Estado. Em relação à questão da TV Minas disse que, o corte orçamentário foi bastante significativo, principalmente na fonte 10, que estava atrelada à prestação de serviços continuados do antigo Detel, e que a maior parte dos recursos dessa fonte foi contingenciada pelo Decreto da Covid-19, e destinado para compras de equipamentos de proteção individual (EPIs) em prevenção à doença. Explicou também a realização de uma articulação junto às secretarias de Planejamento e Gestão (Seplag) e da Fazenda (SEF), para liberação progressiva de crédito orçamentário para a cobertura das eleições. Relatou ainda, que parte do recurso já estava contingenciado, para garantir melhor execução da prestação de serviços para sociedade e ao mesmo tempo regularizar as contas. Ressaltou que a primeira liberação de recurso orçamentário e financeiro contingenciado será para atender um passivo de um contrato com a Prodemge, no valor em torno de R$ 1.6000.000,00. Apontou que, o que se percebe na TV Minas é um superávit significativo na fonte de arrecadação própria.

Adicionalmente, Eduardo César Silva Gomes enfatizou a importância de se construir uma política, a partir do ano que vem, de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, para liberação de recursos de capital, pois hoje, tanto os recursos que vêm do estado, tanto para a TV quanto para a rádio, comprem apenas o pagamento da folha e as despesas com custeio. Torna-se fundamental a entrada de capital para aprimoramento do parque tecnológico e da infraestrutura técnica, aprimorando a prestação de serviço público. O diretor Eduardo César Silva Gomes ainda complementou que o superávit se deu em virtude da regularização dos Termos de Permissão Remunerada, com a locação dos equipamentos e dos abrigos que eram do Detel. Disse que todo dia 15 a Diretoria enviaria o fluxo de entrada e saída de recursos, de notas fiscais e de acompanhamento da execução das metas física e orçamentária, dentro do sistema SIGPLAN, que só cobre bimestralmente. Eleonora Cruz Santos fez algumas considerações com relação aos dados que Eduardo César Silva Gomes apresentou, destacando o que foi colocado há duas reuniões atrás: a necessidade de se aprimorar a questão desse instrumento gerencial de consolidação do resultado, uma vez que o que interessa para os conselheiros neste momento, e facilita a compreensão da gestão, é o resultado gerencial. Por fim, a presidente do Consad-EMC reforçou a importância de se construir um instrumento que facilite para os conselheiros que tem menos afinidade nesse acompanhamento. Eduardo César Silva Gomes afirmou que as planilhas foram abertas como sugerido e que estava aberto a definição de prazo para análise dessa nova medida.

Eleonora Cruz Santos pontuou que, da maneira como a planilha está sendo enviada, talvez pela pressa, não atendeu aos propósitos esperados pela presidência do Consad-EMC, pedindo que Eduardo César Silva Gomes investisse mais nisso, para que os Conselheiros pudessem discutir internamente. Por fim, pediu, adicionalmente, que se agregasse o detalhamento de despesas com o fornecedor e a prestação de serviço realizada.

Eduardo César Silva Gomes se prontificou a construir o instrumento conjuntamente com a presidência do Consad-EMC e sugeriu a estratificação do objeto do contrato para ficar mais claro. Eleonora Cruz Santos concordou que poderiam conversar para que fosse algo mais sintético. A presidente do Consad-EMC afirmou considerar importante para os conselheiros e para a EMC que as informações gerenciais e financeiras estivessem bem ajustadas, para que os conselheiros entendessem melhor a operação. Eduardo César Silva Gomes manifestou que gostaria de receber contribuições, para que se chegue a um consenso de como pode lançar dentro da planilha para ficar mais fácil para todos analisarem.

Nos encaminhamentos finais, o presidente da EMC, Sergio Reis, agradeceu e encaminhou a palavra final dos conselheiros e da Presidente do Conselho.

Maristela Rangel Pinto afirmou ter constatado um grande problema nos recursos de capital, que considera o mais importante para uma rádio, porque uma TV e rádio precisam se modernizar e é com essa rubrica que elas conseguem. Relatou que queria deixar uma dica para verificar se haveria a possibilidade de inclusão de uma emenda parlamentar com investimentos em equipamentos para todo ano, visto que em 2021 teve uma liberação recorde de valores por parlamentar. Eduardo César Silva Gomes, complementando o questionamento apontado por Maristela Rangel Pinto, esclareceu que não havia mais tempo para inclusão de emendas para esse ano e destacou que foram encaminhados dois projetos de emendas parlamentar para a TV, um sobre a questão de acessibilidade e a outra emenda a questão da digitalização das estações de retransmissão, Conecta Minas.

Passando aos agradecimentos dos conselheiros, Euler Marques sugeriu que a próxima reunião fosse presencial, com a adoção das medidas de segurança necessárias. Eleonora Cruz Santos realizou ainda duas colocações, a primeira em relação à emenda parlamentar, que o que estava sendo falado por Maristela Rangel Pinto era sobre as emendas da Rádio e que Eduardo César Silva Gomes deu dois exemplos de emendas da TV, muito embora a colocação tenha sido muito pertinente e viável. Outra questão é que as reuniões devessem ser realizadas em até dois meses, segundo o regimento interno e que não está sendo cumprindo. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Consad-EMC deu por encerrada a reunião.

Eleonora Cruz Santos
Presidente do Conselho de Administração da EMC e Representante do Cotista Minoritário (Fundação João Pinheiro)

Lina Patrícia Rocha Laredo
Conselheira Representante dos Empregados da Empresa Mineira de Comunicação

Maristela Rangel Pinto
Conselheira Representante do Cotista Majoritário (Governo de Estado de Minas Gerais)

Mozahir Salomão Bruck
Conselheiro Representante do Cotista Majoritário (Governo de Estado de Minas Gerais)

Euler Marques Andrade Filho
Conselheiro Representante do Cotista Majoritário (Governo de Estado de Minas Gerais)

Sérgio Rodrigo Reis
Presidente da Empresa Mineira de Comunicação

Eduardo Cesar Silva Gomes
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da Empresa Mineira de Comunicação

Marisa Guimarães
Diretora de Conteúdo e Programaçãoda Empresa Mineira de Comunicação

Mônica Trigo
Diretora de Desenvolvimento e Promoção do Audiovisualda Empresa Mineira de Comunicação

109 cm -11 1427563 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Atendendo as exigências do Artigo 5º da Lei 8.666/93, do Art. 12 do Decreto Estadual nº 37.924/1996, e do Decreto nº 47.101/2016, justificamos a quebra de cronologia dos pagamentos das Fontes/Procedências (FP) relacionadas nas Unidades Executora/Orçamentária: 1220002/1221 conforme descrito abaixo:

UO	CREDOR	CNPJ	CONTRATO	EMPENHO/ANO	ELEM/ITEM	FP	NF/FATURA	VALOR	Liquidação/RPP
1221	CLARO S.A.	40.432.544/0001-47	9244314	105	4004	10.1	1647776209 / 1647776309	43,34	09/12/20
1221	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	17.281.106/0001-03		19	3913	10.1	001.20.70130075-3	48,51	11/12/20
1221	INSTITUTO CENTRO DE CAPACITACAO E APOIO AO EMPREENDEDOR - INSTITUTO CENTRO CAPE	74.125.394/0001-40	9263368	150	3999	10.1	97	154.946,52	11/12/20
1221	SUPER ESTAGIOS LTDA	11.320.576/0001-52	9223647	11	3952	10.1	8345	330,88	11/12/20

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202012112349000124.